



## **A CONTEMPORANEIDADE NECESSÁRIA: ANÁLISE DA MARCA DISCURSIVA ENCONTRADA NOS ROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SINOP-MT**

Rhafaela Rico Bertolino Beriula<sup>1</sup>

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um arquivo obrigatório para as escolas públicas e privadas do Brasil. Nele há a apresentação das proposições construídas por toda a comunidade escolar – pais, alunos, professores e demais funcionários da instituição –, além de seguir os discursos das políticas educacionais – leis, diretrizes, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parâmetros e pareceres educacionais, entre outros arquivos que se apresentam de acordo com cada etapa e/ou modalidade educativa (BARCELOS, 2014, 2015). O PPP é uma materialidade discursiva que se faz presente dentro de um espaço discursivo, a escola. Essa materialidade apresenta diversas vozes de sujeitos e de discursos jurídicos governamentais que constituíram o arquivo em um determinado espaço-tempo, pode-se destacar também que o PPP é uma materialidade incompleta pois, mesmo depois de ‘concluído’, novas inferências são realizadas ao longo do ano para que o currículo seja sempre atualizado. Aqui, considera-se o PPP um texto arquivo – texto sob o olhar de Pêcheux (2014a; 2014b) e Orlandi (2009), e arquivo sob o viés de Guilhaumou e Maldidier (2014) –, deste modo, os PPPs apresentam o discurso jurídico pedagógico das escolas, contendo, assim, o discurso ideológico da instituição e dos sujeitos que o construíram.

A partir desses vieses, busca-se apresentar o funcionamento do digital nos PPPs das escolas que atendem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Sinop, localizada na região norte do estado de Mato Grosso, pertencente ao espaço da Amazônia Legal brasileira, com o objetivo de analisar as marcas de temporalidade encontradas nos arquivos. Para tanto, o trabalho está ancorado nos pressupostos teóricos da área disciplinar da Análise de Discurso materialista histórica, que busca compreender e analisar os discursos afetados por sentidos sócio-históricos, jurídicos e ideológicos. Os PPPs, corpus de análise deste trabalho, são de três escolas que ofertavam a EJA no ano de 2019/2020 – as Instituições I e II atendem o 1º segmento, o 2º segmento e o Ensino Médio; a Instituição III oferta o 1º segmento e 2º segmento em uma sala multisseriada –, todos os PPPs registram-se no ano de 2019/2020.

É interessante destacar que a discussão e análise proposta neste resumo nasce de recortes da dissertação nomeada ‘Educação de Jovens e Adultos (EJA): análise discursiva do contexto da cidadania e letramento digital nas práticas pedagógicas’, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Deste modo, conhecer e analisar a materialidade dos PPPs contribui para a compreensão do funcionamento discursivo dos espaços de pesquisa, pois o currículo escolar é “[...] uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados para

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras - UNEMAT).

as decisões curriculares nas instituições escolares.” (PFEIFFER, 2010, p. 90). Assim, buscou-se recortar dos PPPs a marca discursiva da temporalidade, com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos.

Em toda organização linguística há a marca da noção de tempo, isto ocorre, pois, a temporalização da fala é necessária para distinguir os tempos aos quais o sujeito se refere – os tempos verbais ‘presente, pretérito, futuro e ou infinitivo’, além das flexões de modos, pessoas, números e vozes. Assim, todo enunciado está inscrito em um tempo determinado, ou seja, em todo discurso encontram-se a noção de ‘tempo’ marcado no interdiscurso, que se liga ao ‘tempo presente’ do enunciado do sujeito, que se caracteriza do intradiscurso. Pode-se inferir que a temporalidade caracteriza a construção de sentido, e infere determinadas imagens ao espaço, ou seja, as marcas de temporalidade indicam as formações imaginárias que os arquivos/sujeitos apresentam sobre a ‘contemporaneidade digital’. Imagens que se estabelecem a partir das relações linguísticas sociais, culturais, econômicas, entre outras, que versam pré-construídos regulados por formações imaginárias outras, que foram se construindo na historicidade.

Os efeitos de temporalidade foram percebidos nos processos sintáticos dos discursos encontrados nos PPPs das escolas, uma vez que, a organização temporal dos PPPs remete-se ao avanço das tecnologias digitais e da ciência que, por causa da ininterrupta transformação, provoca, na concepção ideológica e imaginária das escolas pesquisadas, o sentido de movência, ou seja, por causa dos avanços tecnológicos digitais, as escolas ‘devem’ se mover, se ‘modificar’, se ‘adaptar’ para estar nesse novo espaço onde, o digital significa e provoca significações.

Pode-se compreender que, a ‘adaptação’ – que se constitui no imaginário dos sujeitos como via de regra para conseguir ‘sobreviver’ em determinado espaço e que circula com significações diversas nos discursos dos sujeitos – ocupa os discursos das instituições devido as exigências requisitadas pelo mercado de trabalho brasileiro, um mercado capitalista que visa o aumento da cadeia produtiva. A escola se ‘adapta’ para cumprir com os requisitos expostos pelos discursos jurídicos governamentais – caracterizado como discurso pedagógico/autoritário – estabelecidos pelo Estado capitalista, em que a exigência de uma educação que capacite o sujeito é o único ‘caminho’ para ingressar no mercado de trabalho. As escolas, reguladas por imagens que estabelecem, imaginariamente, a necessidade do digital, se colocam como espaços que ‘devem’ realizar alterações nas atividades pedagógicas e metodológicas diárias do espaço escolar, por causa do movimento que as tecnologias digitais produzem na sociedade.

Observa-se os seguintes recortes do Espaço I e III,

**(01) Instituição I:** Diante da contemporaneidade, vivencia-se um período de constantes transformações decorrentes sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas. Tais mudanças refletem no ambiente escolar e torna a educação um processo permanente e contínuo. [...] A função primordial da educação já não pode ser adaptar o aluno a uma ordem já existente fazendo com que assimile os conhecimentos e o saber destinados a inseri-lo em tal ordem, como procederam gerações anteriores, mas, ao contrário, ajudá-lo a viver num mundo que se transforma em ritmo sem precedente histórico tornando-o capaz de criar o futuro e de inventar possibilidades inéditas. [...] O passar do tempo supõe ao ser humano o desenvolvimento de habilidades específicas externas ao seu convívio social, necessitando ampliar o conhecimento mediante novas técnicas e métodos educacionais, [...]. p. 16-17.

**(02) Instituição II:** Na sociedade atual, a educação tem saído cada vez mais dos muros da escola e alcançado outros espaços sociais. Esse é um cenário desafiador para os educadores, pois eles precisam repensar a prática pedagógica. p. 4.

**(03) Instituição II:** Vivemos no mundo atual as consequências do neoliberalismo, sofrendo as diferenças sociais causadas pelo sistema capitalista desencadeado pela busca do consumismo desenfreado, pela competição e pelo enriquecimento rápido. Como nosso país

faz parte dessa conjuntura mundial nos deparamos atualmente com a crescente exclusão social e concentração de renda com uma minoria. [...] Sabendo que a educação reflete o momento histórico que vivenciamos sendo uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da História, acreditamos que ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. p. 15-16.

**(04) Instituição II:** A escola está tensionada a refletir o momento histórico que estamos atravessando, considerando a diversidade como característica do sujeito em processo de constante transformação, a fim de oferecer educação para todos. p. 16.

**(05) Instituição II:** O mundo atual está repleto de inovações científicas e tecnológicas, no qual estamos inseridos e vivenciamos experiências. p. 23.

**(06) Instituição IV:** [...] a sociedade atual se caracteriza como uma rede, pois vivemos num ambiente entrelaçado por fluxos de informações para as quais temos de adaptar-nos e readaptar-nos. Essa sociedade é marcada também pelo uso intensivo das tecnologias da informação que implicam em profundas alterações em nosso modo de viver, aprender e conviver. Esse desenvolvimento impulsionado pelas novas tecnologias, resulta em profunda alteração no modo de viver em sociedade. A globalização transformou o mundo numa aldeia global, pois nossos horizontes deixaram de ser as informações locais e passaram a ser mundiais, caracterizadas pelo aumento da velocidade com que os bens e as informações são produzidos. A aceleração, na sociedade da informação e do conhecimento, nos mostra que nada é estável tudo está em constante mutação. Portanto a escola passa a ter o desafio de educar para a sociedade da informação, ou seja, educar para o mundo em constante transformação. p. 32.

Nas práticas discursivas dos PPPs propostos para análise, o descompasso temporal em relação à tecnologia digital é uma marca que aponta evidências na relação da sociedade com 'mundo contemporâneo' pela 'constante transformação' e com a 'escola', em uma constante 'necessidade de adaptar-se'; quando reafirma a necessidade de novas metodologias educacionais.

A Instituição I, afirma que 'diante da contemporaneidade', "[...] vivencia-se constantes transformações decorrentes sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas." e que estas transformações "[...] refletem no ambiente escolar [...]". Desta forma, imaginariamente, dissocia-se o ambiente escolar do mundo contemporâneo. A escola passa a ser um reflexo do mundo. Reitera a afirmação na formulação quando se refere ao aluno, em "[...] ajudá-lo a viver num mundo que se transforma[...]"., em que "O passar do tempo supõe ao ser humano o desenvolvimento de habilidades específicas externas ao seu convívio social, necessitando ampliar o conhecimento mediante novas técnicas e métodos educacionais [...]".

Na Instituição II, a questão da temporalidade afirma o descompasso entre sociedade/escola em relação às práticas pedagógicas, nas formulações "Na sociedade atual [...]", "Vivemos no mundo atual [...]" e "[...] conjuntura mundial [...]"; temos "[...] um cenário desafiador para os educadores, pois eles precisam repensar a prática pedagógica." Reafirma-se o descompasso temporal na formulação "O mundo atual está repleto de inovações científicas e tecnológicas [...]", considerando "[...] o momento histórico que estamos atravessando [...]", em processo de constante 'transformação/mutação', e "A escola está tensionada a refletir o momento histórico que estamos atravessando [...]".

A Instituição (IV) caracteriza "[...] a sociedade atual [...]" como um "[...] ambiente entrelaçado por fluxos de informações [...]" para as quais a escola sente a necessidade de adaptação – "[...] adaptar-nos [...]" –, e os professores de readaptação – "[...] readaptar-nos [...]" A instituição afirma ainda que, "Essa sociedade é marcada também pelo uso intensivo das tecnologias da informação que implicam em profundas alterações em nosso modo de viver, aprender e conviver".

A rapidez com que os fatos se apresentam e se transformam se apresenta mundialmente, como podemos ver na afirmação da Instituição IV, “A globalização transformou o mundo numa aldeia global, pois nossos horizontes deixaram de ser as informações locais e passaram a ser mundiais, caracterizadas pelo aumento da velocidade com que os bens e as informações são produzidos”. A aceleração, na sociedade da informação e do conhecimento, nos mostra que nada é estável tudo está em “[...] constante mutação”. E este é o grande desafio da instituição escolar, acompanhar a velocidade. Portanto “[...] a escola passa a ter o desafio de educar para a sociedade da informação, ou seja, educar para o mundo em constante transformação”.

Nos PPPs das escolas, imaginariamente, temos a construção de sentidos de temporalidades diferenciadas entre a sociedade contemporânea, atual, em constante movimento, marcada pelo uso intensivo das tecnologias. Nessa seara, a instituição escolar tensionada, procura adaptar-se a este cenário ‘desafiador’ e, se propõe, sob a ideologia do digital, repensar as práticas pedagógicas. Assim, na análise da relação escola e o uso das tecnologias digitais, a formulação do digital se faz presente, nem que seja para afirmar a distância estabelecida e a necessidade de adaptação.

[...] a relação tecnologia e ensino só é possível se considerarmos os sentidos da metaforização do digital no processo educacional, o que desloca o sentido de uma necessidade de adequação do digital ao educacional ou do educacional ao digital, para a historização dos sentidos e dos sujeitos, construção da história dos sentidos, na qual há deslocamento tanto do digital quanto do processo educacional, na medida em que trabalham no entremeio dos dois discursos (DIAS, 2018, p. 137).

‘Diante da contemporaneidade’, das ‘constantes transformações, das ‘mudanças que refletem no ambiente escolar’, as escolas se veem no papel de construir possibilidades e práticas pedagógicas e metodológicas para ‘adaptar’/‘ajudar’/‘inserir’ os sujeitos alunos no ‘mundo que se transforma’, por causa das tecnologias digitais que avançam cotidianamente e, que se encontram no dia a dia dos sujeitos.

A necessidade de “estar no mundo contemporâneo”, coloca as escolas em movimento e, neste funcionamento de busca, escola e digital se significam. A escola, como Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1980), possui um discurso que produz sentidos ao circular. Orlandi (2009) classifica o discurso pedagógico como um discurso autoritário, já que, tende a interditar a circulação de diferentes sentidos, colocando em privilégio a produção de um sentido único, indiscutível, o que se apresenta como, repetição empírica – a repetição de *mnemônica* dos mesmos sentidos, em diversos espaços.

Para Orlandi (2009) o discurso pedagógico é autoritário pois os sentidos que circulam no espaço da escola são determinados por sujeitos/discursos outros – como por exemplo, materiais didáticos, as orientações curriculares estabelecidas pelo Estado de Mato Grosso e pelo Governo, entre outros –, que possuem e ocupam o poder de representar a fala dos sujeitos. Assim, o discurso pedagógico é “[...] um discurso circular, isto é, um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola.” (ORLANDI, 2009, p. 23).

No discurso pedagógico encontram-se algumas informações que direcionam a articulação do discurso, “[...] no discurso autoritário há a contenção da polissemia, já que o agente do discurso se pretende único e oculta o referente pelo dizer.” (ORLANDI, 2009, p. 29). Nesse sentido, o discurso pedagógico produz efeitos de sentido sobre a forma sujeito histórica, assim como, o processo de produção de sentidos, conduzindo o discurso dentro da paráfrase, negando a polissemia. Assim, “[...] o DP, sendo um discurso

institucional, reflete relações institucionais das quais faz parte; se essas relações são autoritárias, ele será autoritário.” (ORLANDI, 2009, p. 37).

Percebe-se que, por se tratar de um discurso autoritário, o discurso pedagógico possui marcas que evidenciam o discurso com as marcas do autoritarismo. Algumas destas marcas podem ser percebidas pelo verbo, que podem determinar valores, direções e ordens. Nos PPPs das escolas pesquisadas, quando o assunto se volta para a temática das tecnologias digitais e a utilização destes recursos nas práticas em salas de aula, nota-se a presença de verbos no infinitivo, que não carregam nenhuma marca de pessoa e não indicam a temporalidade, são utilizados para exprimir máximas e verdades gerais.

**(07) Instituição I:** [...] para tanto, é necessário fazer e reestruturar o funcionamento da escola: os seus tempos e os seus espaços. E depois inovar temas, didáticas, métodos e técnicas de ensino e atualizar disciplinas a partir das interrogações dos educandos para assim efetivar uma educação baseada na participação, na inclusão, no diálogo e no prazer, buscando uma sociedade de seres autônomos. p. 19.

**(08) Instituição I:** A educação não pode ter como objetivo a simples transmissão de informações para o aluno. Deve garantir-lhe autonomia de pensamento, capacidade de tomar iniciativa e de desenvolver o pensamento crítico, para viver em uma sociedade em constante e acelerado processo de crescimento e transformação. p. 25.

**(09) Instituição I:** Os cursos da EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo, quanto de tempo e espaço, de forma a atender às funções reparadora, qualificadora e equalizadora, previstas para os alunos jovens, adultos e idosos dessa modalidade de ensino, através de uma proposta pedagógica baseada na pedagogia emancipadora, do diálogo, que compreenda a necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências necessárias para enfrentar as transformações do mundo atual [...]. p. 27.

**(10) Instituição II:** Ademais, oportunizar uma educação que valorize o uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que as tecnologias já estão inseridas no cotidiano dos alunos, destacando assim o desenvolvimento de suas aptidões e habilidades. p. 16.

**(11) Instituição IV:** [...] a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos. p. 40.

Observa-se o uso de recursos diretos, ou seja, de verbos que ordenam/são autoritários, com o objetivo de ‘atrair’ o sujeito que lê aos objetivos propostos, afetando ideologicamente o leitor pelo processo discursivo utilizado, através da imposição de opiniões e ordens que postulam o posicionamento do arquivo. Como em todo discurso caracterizado como autoritário (ORLANDI, 2009), nota-se que as afirmativas retomam discursos autoritários outros, que impõem leis, diretrizes e bases para as escolas brasileiras. Pela apresentação dos recortes, é possível observar que os discursos são baseados em discursos jurídicos governamentais, mais precisamente, os discursos encontrados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e na BNCC.

Assim, evidencia-se o b que reverbera nos PPPs das escolas. Nesse ponto, identifica-se que as Instituições apresentam o funcionamento do jogo parafrástico. A repetibilidade no processo parafrástico proporciona o efeito de imobilidade às sequências discursivas, que manifestam a repetição de alguns elementos que se inscrevem no interdiscurso, nos pré-construídos que reafirmam à escola o direito a ordenar, a dirigir as reflexões sobre as atividades, como podemos observar nos verbos: “[...] é necessário fazer e reestruturar o funcionamento da escola[...].” (07); “[...] inovar temas, didáticas, métodos e técnicas de ensino e atualizar disciplinas a partir das interrogações dos educandos para assim efetivar uma educação

baseada na participação, na inclusão, no diálogo e no prazer [...]” (07); “Deve garantir-lhe autonomia de pensamento, capacidade de tomar iniciativa e de desenvolver o pensamento crítico [...]” (08); “[...] devem pautar-se pela flexibilidade [...]” (09); “[...] atender às funções reparadora, qualificadora e equalizadora [...]” (09); “[...] enfrentar as transformações do mundo atual [...]” (09); “[...] oportunizar uma educação que valorize o uso das tecnologias [...]” (10); “[...] a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos” (11).

A larga utilização de verbos, que pressupõe ordens, reitera o discurso pedagógico como autoritário. Assim, as formulações discursivas de sentidos presentes na produção dos arquivos se dão por meio de verbos que funcionam como efeito de verdade, como efeito de unidade, como efeito de ordem, pois possui o discurso esperado – legitimados pelos discursos jurídicos governamentais – para com os discursos que se inscrevem na formação ideológica do sujeito capitalista. Como efeito de fecho, compreende-se que os efeitos de temporalidade foram percebidos nos processos discursivos e sintáticos dos discursos encontrados nos PPPs das escolas, uma vez que, a organização temporal dos PPPs remete-se ao avanço das tecnologias digitais, da ciência e da cultura que, por causa da ininterrupta transformação, provoca, na concepção ideológica e imaginária das escolas pesquisadas, o sentido de movência, ou seja, por causa dos avanços tecnológicos digitais, as escolas ‘devem’ se mover, se ‘modificar’, se ‘adaptar’ – seguindo o discurso jurídico pedagógico-autoritário – para estar nesse novo espaço onde o digital significa e provoca significações. Compreende-se, então, que os sentidos encontrados nos PPPs das instituições são submissos ao discurso pedagógico/autoritário que advém dos discursos jurídicos governamentais, o que aponta para a reprodução/obediência de sentidos, para a paráfrase discursiva.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença/Martins, 1980.
- BARCELOS, Valdo. Educação de Jovens e Adultos: entre menestréis e parangolés. *In*: BARCELOS, Valdo; DANTAS, Tânia R. (org.). **Políticas e práticas na Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 173-195.
- BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- DIAS, Cristiane P. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 169-192.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 5. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 57-67.

PFEIFFER, Claudia C. Políticas públicas de ensino. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010. p. 85-99.